

Continuidade e Ruptura nos Processos de
Desenvolvimento Económico: o exemplo do
Minho

J. Cadima Ribeiro

Continuidade e Ruptura nos Processos de Desenvolvimento Económico: o exemplo do Minho

Resumo

No rescaldo da crise, os anos 80 representam um importante momento de reformulação das concepções vigentes em matéria de estratégias de desenvolvimento.

Dos vectores da revisão teórica empreendida, proponho-me tratar na minha comunicação daquele que se refere à reanálise (reavaliação) da história da industrialização da Europa durante os séc. XVIII e XIX levadas a cabo, nomeadamente, por F. Braudel. O meu propósito, subsequente, é buscar no estudo da evolução económica e social do Minho elementos de acomodação às teses daquele pensador.

No concreto, está em causa a visualização do progresso económico e social enquanto afirmação de continuidade ou de ruptura.

Do estudo de caso que efectuei a primeira perspectiva sai reforçada. Mais exactamente, saem sublinhadas: i) a conexão profunda entre a vitalidade de certas áreas da economia minhota e o processo local de articulação da pequena agricultura com o capitalismo industrial; ii) a indiscutível afinidade entre o modo de afirmação actual da indústria e as circunstâncias da sua manifestação remota.

J. Cadima Ribeiro
Escola de Economia e Gestão
Universidade do Minho
4719 BRAGA CODEX
Portugal

Telefone: (0) 53-612234
Telex: (0) 53-32135
Fax: (0) 53-77936

Continuidade e Ruptura nos Processos de Desenvolvimento Económico: o exemplo do Minho

*J. Cadima Ribeiro**

No rescaldo da crise, os anos 80 representam um importante momento de reformulação das concepções vigentes em matéria de estratégias de desenvolvimento. Expressão disso são: i) um certo renovar da linguagem; ii) a recuperação do sentido estratégico da inovação; iii) a reconsideração da importância da agricultura e do meio rural nos processos de desenvolvimento; iv) a reanálise (reavaliação) da história da Europa.

Dos vectores da revisão teórica empreendida, escolhi tratar nesta comunicação o ultimamente assinalado. Para que se entenda o sentido da opção, dir-se-á que é a partir da reavaliação da história da industrialização da Europa durante os séculos XVIII e XIX que F. Braudel e outros (c.f. Courlet e Judet, 1986) propõem a rejeição das ideias de ruptura, linearidade e inelutabilidade dos processos de industrialização (e desenvolvimento). O meu propósito, subsequente, é buscar no estudo da evolução económica e social do Minho elementos de acomodação às teses de F. Braudel.

Prosseguindo esta via espero estar contribuindo também para a refutação da ideia da inevitabilidade da industrialização ser acompanhada pela desestruturação das economias agrícolas familiares e, no mesmo passo, para a reafirmação da perspectiva de que todas as políticas carecem de ser adaptadas às circunstâncias da história, da economia, da cultura das sociedades concretas.

No concreto, proponho-me enfrentar os objectivos em vista, primeiro, por referência à evolução das estruturas demográficas e económicas do Minho desde o último terço do século passado e, depois, aproximando a questão pela via da caracterização da sua estrutura empresarial na actualidade.

* Prof. Auxiliar da Universidade do Minho

Antes disso, porém, ainda que de forma necessariamente breve impõe-se que enquadre de forma conveniente as próprias propostas de F. Braudel.

1. A reconsideração da história da industrialização da Europa

A premissa do fundamento industrial do desenvolvimento económico pode ser alterada, e tem-no sido em termos recentes pelos economistas do desenvolvimento, no sentido de fazer notar que, se se pretende uma transformação estrutural do produto e do emprego a longo prazo, deve apostar-se no curto-prazo em políticas de desenvolvimento agrícola bem sucedidas por forma a facilitar essa transformação.

A reconsideração da transformação dos campos e da dinâmica das sociedades rurais na emergência da indústria e do capitalismo fica a dever-se, numa importante medida, como foi dito, a uma reavaliação da história da industrialização da Europa dos séculos XVIII e XIX, de que viria a resultar uma percepção diferente do seu ambiente sócio-económico.

No concreto, por contrapartida das visões tradicionais da história das sociedades europeias, de que emerge o concerto de ruptura, as novas leituras insistem sobre a lentidão do processo de maturação que caracteriza o campo a partir do século XVII e que, conforme se diz, será duplamente benéfico para a futura revolução industrial; duplamente benéfico porque a industrialização aproveita-se, de uma parte, da implementação de uma agricultura de alto rendimento e, de outra parte, da multiplicação, nas regiões pobres, de pequenos empresários e de um proletariado rodado nas tarefas artesanais. "Estes empresários constituem uma mão-de-obra 'maleável e treinada', disponível para a revolução industrial" (Courlet e Judet, 1986, p. 527).

Revelado o "continuum" dos processos de industrialização na Europa e, bem assim, no Japão e outros casos mais recentes, na própria medida em que perdem a sua aurea de mistério (fala-se frequentemente de "milagre" económico), é reinterpretado o significado do "vector endógeno de

criatividade", saem reforçadas os funfamentos internos subjacentes ao desenvolvimento das sociedades em referência.

2. O estudo de caso

2.1. Apresentação geral

O Minho, região litoral situado no extremo norte de Portugal, permanece ainda como espaço de ambiência rural dominante (mais de 2/3 dos seus concelhos tinham em 1981 percentagens de activos no sector agrícola superiores a 30%) e, no entanto, ninguém saberá negar-lhe quer a sua tradição industrial quer as múltiplas manifestações de vitalidade económica e cultural.

Falando de tradição industrial, não custa aduzir testemunhas da presença remota das manufacturas nas terras minhotas: são os linhos de Guimarães, os chapéus de lã de Braga e as ferragens grossas de Braga e Guimarães que Esteves Pereira retém no seu "manifesto" sobre o estado das indústrias do reino por ocasião do terramoto de 1755 (Pereira, 1979, p. 135/6); é, em 1793, a organização em Braga de uma exposição industrial, reclamada como a primeira realizada na Europa (Araújo, 1928, p. 13); será, enfim, já no último terço do século passado, a instalação da indústria algodoeira, a qual, precisamente, encontrará razão de ser na tradição do trabalho do linho e da lã e na disponibilidade duma força-de-trabalho semi-proletarizada onde o "apêgo à terra" permanece tenaz (Cabral, 1981, p. 329).

Não desvalorizando essa herança mas, pelo contrário, avivando-a na memória, poder-se-á não obstante defender as últimas seis dezenas de anos como as décadas da confirmação da revolução industrial no Minho. De facto, a expressão dos activos no sector secundário em 1930, 48,2 milhares ou 17,1% da população activa, não deixaria margens para especulação sobre a pontualidade dos avanços registados por essa ocasião. Em contrapartida, entre o ano já mencionado de 1930 e o de 1981, enquanto que o aumento do número total de activos se quedava pelos 32,4%, o sector secundário atingia a cifra de

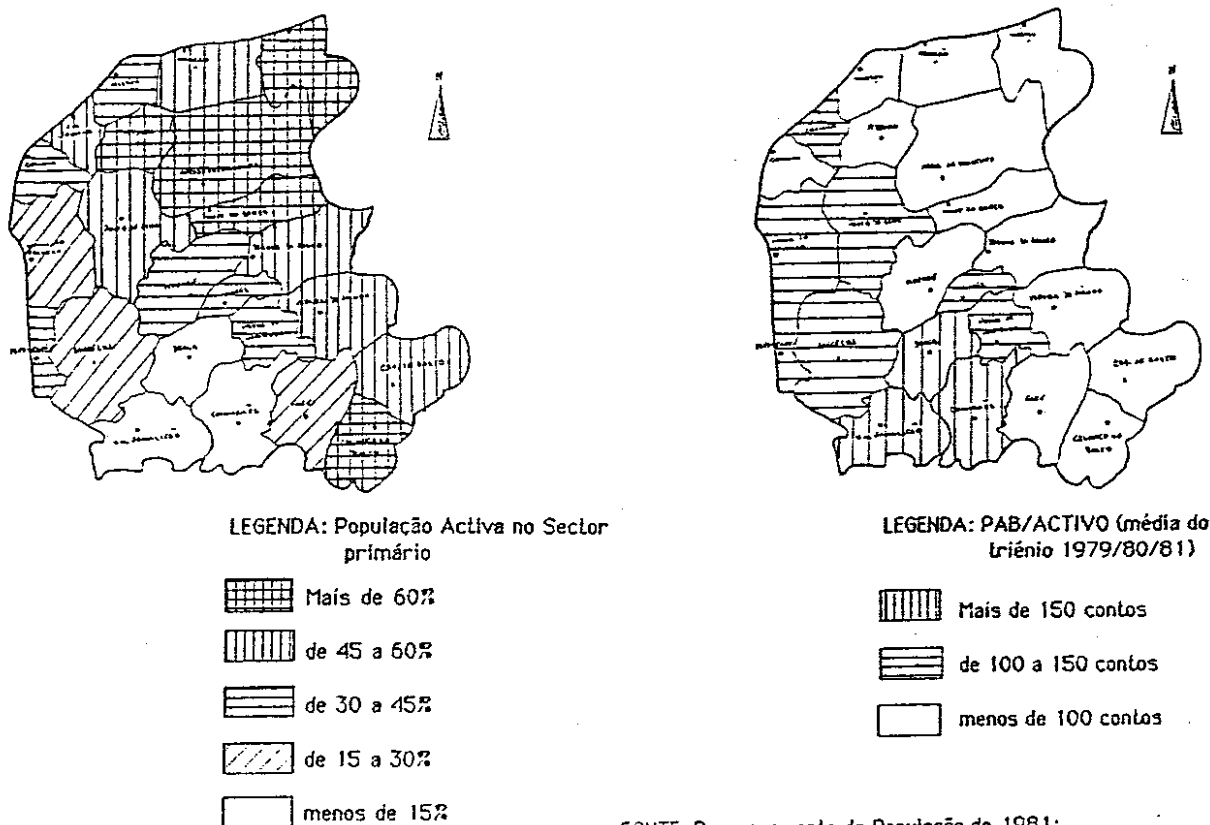
183,3 mil, ou seja, mais de 3,8 vezes o total verificado no início do período considerado.

2.2. Estruturas demográfica e económicas

Iniciou-se o retrato do Minho pela alusão aos seus contrastes e pôs-se então em destaque a diferenciação objectável entre um Minho rural e um Minho industrial; diz-se industrial, note-se, e não urbano pois seria forçada a nota quando, numa população que se quedava, em 1981, muito perto do milhão de habitantes, mais precisamente 965158 (pop. presente), 78,6% dessa população eram "isolados" ou residiam em lugares de dimensão inferior a 500 habitantes e só 11,4% eram habitantes citadinos (entenda-se: residentes em lugares com 10.000 ou mais habitantes).

Dizendo isto, por sua vez, pretendemos avançar um elemento adicional na afirmação de que estamos perante um mundo de contrastes mas não perante um mundo de oposições/fracturas. Manifestamente, não é com oposições que deparamos quando se identifica nos concelhos mais industrializados os que melhor "recompensam" o trabalho do campo (figura-se nº 1), assim como resultará obviamente estranha a pretensão de oposição entre a condição de agricultor e a de assalariado industrial quando o mesmo agente e/ou a generalidade do agregado doméstico participam, simultaneamente, da actividade agrícola e industrial.

Figura nº 1 - População activa no sector primário, em 1981, e produtividade do trabalho agrícola (média do triénio 1979/80/81)



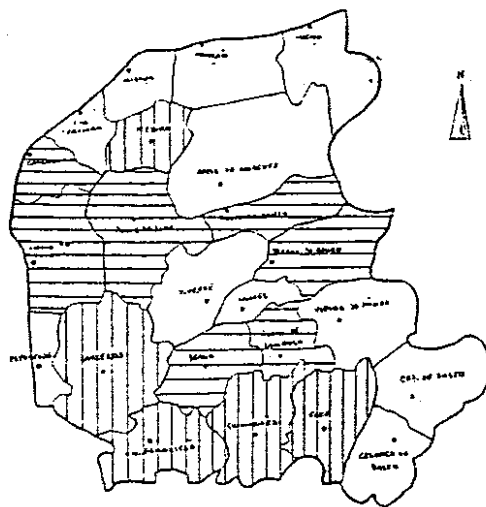
FONTE: Recenseamento da População de 1981;
 Rolo, Joaquim L. Cabral et al., O produto
 Agrícola Bruto no Continente, Regiões e Concelhos
 (média de triénio 1979/80/81), SEP, DCP, 1986

Está-se na circunstância perante um fenómeno histórico curioso de povoamento pulverizado que dá saída a uma implantação industrial pulverizada. A difusão espacial das oportunidades de trabalho deste modo abertas, viabilizando deslocções de curto raio entre a casa e o trabalho, não forçando a ruptura do trabalhador com o seu imaginário, acabarão, por seu turno, por contribuir para o padrão desconcentrado de localização da habitação/fábricas/serviços/comércio retalhista. Um tal tipo de organização "favorece o embaratecimento da força de trabalho (diminuição dos custos de transporte, maximização do aproveitamento do parque habitacional existente) compatibilizando comportamentos combinatórios entre trabalho doméstico (produção de mercadorias e serviços de auto-consumo imediato - valores de uso) e o trabalho da fábrica" (Domingues e Marques, 1987, p. 130).

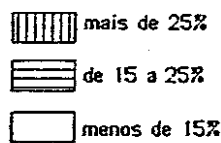
Entenda-se, no entanto, que a origem e o sucesso do padrão de implantação industrial afirmado não são imputáveis senão a um complexo de circunstâncias que, desde logo, ajudam à compreensão da redução do fenómeno a quadros territoriais bem demarcados. Não se compreenderá, por exemplo, o advento da têxtil algodoeira no Vale do Ave se não remontarmos à tradição das indústrias domésticas e do aproveitamento da energia hidroeléctrica; conforme Villaverde Cabral observa, "é bom não nos esquecermos que a manufactura e a própria maquinofactura existiram entre nós, e concretamente com a têxtil algodoeira do Norte, sem o recurso à máquina a vapor" (Cabral, 1981, p. 197). Não se esquecerá, além disso, o impulso trazido pelos ramais de caminho de ferro que a partir de 1882 rasgaram a região, permitindo o acesso fácil das "ramas" ao interior e dos produtos da indústria a todos os seus principais mercados.

Referiu-se antes dever ser procurada a origem e o sucesso do padrão de implantação industrial vigente no Minho num complexo de circunstâncias. Poder-se-á, agora, reportar a esse mesmo complexo um contributo insofismável para a definição dos contornos do que viria a ser o futuro da região. De facto, o observador atento não passará sem reconhecer nos movimentos demográficos do final do século o esboço de uma tendência que, desde então, não deixaria de aprofundar-se (Figura nº 2); do mesmo modo que não passará sem identificar na indústria o comando dos grandes movimentos que foram moldando a face do Minho até à actualidade (Figura nº 3).

Figura nº 2 - Evolução da população presente entre 1890 e 1930 e 1930

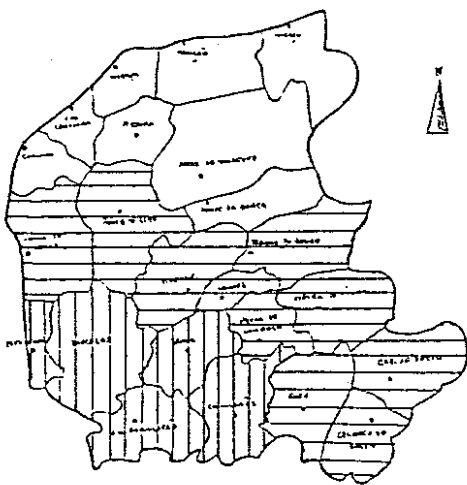


LEGENDA: Δ da população presente entre 1890 e 1930

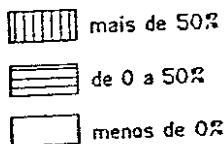


FONTE: Censos da população de 1890 e de 1930

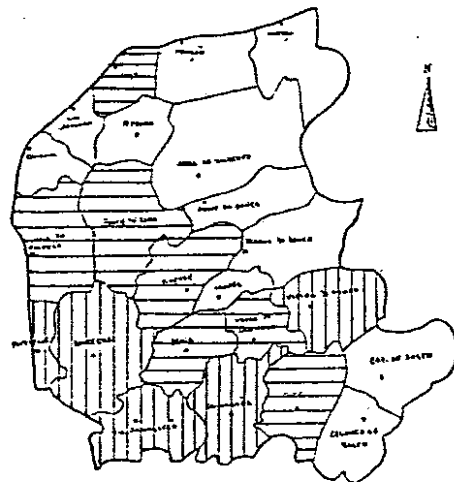
Figura nº 3 - Evolução da população e dos activos no sector secundário entre 1930 e 1981



LEGENDA:
Δ População presente entre 1930 e 1981

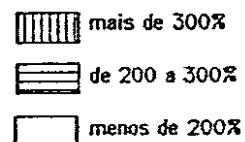


FONTE: Censo da População de 1930;
Recenseamento da População de 1981



LEGENDA:

Δ Activos no secundário entre 1930 e 1981



A figura nº 3 permite-nos, no entanto, mais do que um apontamento geral; se não, atente-se nos dois aspectos

seguintes: primeiro que tudo, o notório zonamento do território minhoto de orientação e contornos relativamente precisos; depois, alguma singularidade na forma como o concelho de Braga se define face ao espaço envolvente.

Do zonamento que se refere percebe-se a definição dum núcleo, de posicionamento sul-sudoeste, de perfil eminentemente industrial; percebe-se, do mesmo modo, a definição duma zona de transição e, finalmente, digamos, duma periferia no duplo sentido económico e geográfico.

Recuperamos aqui os conceitos de núcleo (centro) e periferia deliberadamente. De facto, se conjugarmos a afirmação económica de cada um dos agrupamentos acabados de definir com a sua afirmação político-administrativa e mesmo no plano ético e cultural, não estaremos longe do emprego original dos conceitos. É verdade que também o espaço central aqui definido participará, ele mesmo, duma afirmação periférica face a outros centros exteriores. Essa é, no entanto, uma questão que transcende o âmbito deste trabalho.

Prolongando o recurso aos conceitos da teoria tradicional do desenvolvimento, poderemos também, a propósito, invocar as noções de polarização e de difusão. Servir-nos-ão no presente contexto para afirmar uma situação de reforço continuado da área sobre que vimos fazendo incidir a nossa atenção e, em complemento, para referenciar a estabilidade relativa do seu zonamento.

Reportando-nos à sua afirmação hegemónica poder-se-á, a título de exemplo, avançar os dados sobre a população detida pelos concelhos de Guimarães, Braga, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, em 1981: não menos de 50,0% da população de todo o Minho quando em 1930 não iam para além dos 35,5%. No mesmo sentido poderá invocar-se a parcela que lhes cumpre de carga fiscal sobre veículos em 1981 (62,1%) ou o quantitativo percentual de postos de trabalho oferecidos nas transformadoras (83,4% - valor de 1986).

Falando de estabilidade da área abrangida, poder-se-á notar restringir-se ao concelho de Barcelos a única situação sucedida de industrialização em 60 anos; valerá a pena, a propósito, que se refira que em 1930 Barcelos não mantinha

senão 13,6% de efectivos no sector secundário. Por contrapartida retém-se a ideia de que Fafe, pese embora os seus 56,4% de activos no secundário em 1981, terá sido incapaz de participar da dinâmica de desenvolvimento de que parecia comungar com Guimarães ao virar do século. Em jeito de ilustração do que acabamos de dizer a respeito de Fafe, refira-se que remontam a 1875 os primeiros estudos para a montagem da Fábrica do Búgio, complexo de fiação que recolhe o seu nome do rio cuja força motriz o empreendimento se propunha aproveitar, sucedida pouco depois pela companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (1894), figurando ambas as empresas entre as mais antigas que se implantaram no país (Oliveira, 1986, p. 306/7). Da dinâmica mais recente, por sua vez, parece oferecer-se crível a confirmação de "arrasto" por Barcelos do concelho vizinho de Esposende.

Do que nos proponhamos assinalar a pretexto da figura nº 3, reteve-se para o final a pretendida singularidade do concelho de Braga no contexto do Minho e da sub-região que integra. A especificidade que se lhe atribui exprime-se pela sua "eleição" para sede de serviços, aliás, facilitada pela sua institucionalização como sede administrativa e religiosa. Por isso, tal qual a figura documenta, não acompanhando embora na íntegra a dinâmica industrializante de Guimarães e V. N. de Famalicão, nem por isso Braga deixa de manter um movimento demográfico ao nível daqueles concelhos; esse perfil valer-lhe-á mesmo o mais alto nível de acréscimo demográfico verificado nos concelhos do Minho nos anos setenta.

Depois de nos últimos parágrafos as circunstâncias da análise nos terem levado a observar um certo zonamento do território indicado pela evolução do sector secundário e da população, entender-se-á que se imponha ensaiar novas aproximações analíticas por forma a melhor descortinar as origens das diferenciações retidas. É isso que faremos de seguida por recurso, primeiro, à *Análise das Componentes de Variação* e, depois, ao aprofundamento da informação sobre as estruturas industriais.

No caso em referência, pretende-se atestar situações de ganho ou de perda de posição das unidades concelhias da região

face à evolução do agregado continental (parte continental do país). Quer-se, além disso, confrontar dinâmicas sectoriais e confirmar hipóteses formuladas quanto aos fundamentos dos comportamentos diferenciais.

Reteve-se para análise o período de 1930 a 1981. Considerou-se também, conforme já mencionado, que, para além de confrontar as dinâmicas relativas dos concelhos da região entre si, valeria a pena verificar até que ponto as situações observadas para as unidades concelhias configuravam participação numa dinâmica que as transcendia.

Quadro nº 1 - Componentes de variação: aplicação ao período de 1930a 1981 (%)

	Desvio face ao Padrão ($\delta I - \delta$)	Componente Estrutural ($\hat{\delta} I - \delta$)	Componente Local ($\delta I - \hat{\delta} I$)
Amares	- 44,94	- 19,93	- 25,01
Barcelos	15,59	- 23,74	39,33
Braga	33,56	34,20	- 0,64
Cabeceiras de Basto	- 37,66	- 23,03	- 14,63
Calvaria de Basto	- 51,48	- 34,22	- 17,26
Esposende	- 12,86	- 25,38	12,52
Fafe	- 26,39	- 9,76	- 16,63
Guimarães	80,24	46,33	33,91
Póvoa de Lanhoso	- 45,57	- 25,00	- 20,57
Terras do Bouro	- 77,54	- 53,08	- 24,46
Vieira do Minho	- 37,47	- 42,58	5,11
Vila Nova de Famalicão	85,52	23,86	61,66
Vila Verde	- 36,79	- 27,61	- 9,18
Arcos da Valdevez	- 44,61	- 33,37	- 11,24
Caminha	- 51,30	- 11,37	- 39,93
Meiço	- 58,85	- 41,20	- 17,65
Monção	- 51,83	- 23,62	- 28,21
Paredes de Coura	- 66,80	- 49,86	- 16,94
Ponte da Barca	- 68,09	- 46,46	- 21,63
Ponte de Lima	- 36,49	- 38,09	1,60
Velença	- 61,43	- 32,86	- 28,57
Viana do Castelo	- 22,89	- 8,77	- 14,12
Vila Nova de Cerveira	- 65,94	- 22,04	- 43,90
Minho	- 8,18	- 9,66	1,48

$$\delta = 40,56; \delta I = -40,35; \delta II = 222,77; \delta III = 56,86$$

Fonte: Censo da População de 1930;
Recenseamento da População de 1981

Dos resultados obtidos destaque-se: para o agregado Minho, uma queda da participação da região na população activa do país [Continente] (-8,18%), reflexo de uma evolução menos dinâmica (-9,66%) não suficientemente compensada pelas determinantes regionais (1,48%); para os concelhos

individualmente. a existência de situações bem diferenciadas, que se exprimem por casos de perda acentuada mas, também, por ganhos globais significativos - tais são os exemplos de Guimarães (80,52%) e V. N. Famalicão (85,52%), em particular.

Da observação do quadro nº 1 acresce, portanto, que as situações concelhias que se tinha relevado no contexto regional surgem distinguidas de igual modo ao confrontá-las com a evolução do Continente; mais: com a excepção de Braga, exprimem dinâmicas que se fizeram valer do aproveitamento de vantagens locais tanto quanto de uma orientação para os sectores mais progressivos (Guimarães e V.N. Famalicão) ou, então, souberam sobrepor as vantagens comparativas locais às dinâmicas sectoriais (Barcelos).

Como resultado final, recorde-se, pretendia-se imputar os resultados expressos pela componente local (diferencial) a variáveis (indicadores) que nos trouxessem confirmação sobre hipóteses anteriormente formuladas. Pode-se agora afirmar ter sido objectivo plenamente sucedido, já que pôde-se encontrar uma estrutura ajustada onde o efeito regional (local) aparece associado de forma significativa ($R^2 = 0,748$) ao comportamento do sector secundário entre 1930 e 1981 (SEC3081) e à evolução da população presente do período anterior (1890-1930) [Quadro nº 2]

Quadro nº 2 - Ajustamento: explicação do Efeito Local (Diferencial) obtido para os concelhos do Minho no período 1930-1981

Variável Dependente	Técnica			
ANCVAR (Ef. Local)	Mínimos Quadrados			
Variáveis Independ.	Coefficientes	Desv.-Padrão	Estatist.-T	Signif.
^CONST	-53.2856	6.92263	-7.69730	.000
POP9030	.866060	.378327	2.17424	.042
SEC3081	.134246	.268180E-01	5.00583	.000

Síntese do Ajustamento				
No. Observ.	=	23	R2=	.748
			Ajust. =	.723
			Durbin-Watson	= 2.22437
			F (2, 20)	= 27.6376
			Significância	= .000001

Dado que os resultados acabados de apresentar sugerem também, a seu modo, a necessidade de aprofundamento do estudo das estruturas industriais, procurou-se nos indicadores de diversificação sectorial e de qualificação do emprego nas indústrias transformadoras algum indício, alguma regularidade, que nos permitisse entrever o processo de desenvolvimento do Minho para além da simples alusão à existência de vantagens comparativas locais e à cumulatividade que se descortina na forma como estas vêm operando.

Concretamente, pensando a especialização ou diversificação das estruturas de emprego sectoriais actualmente existentes, pensando a detecção de uma hipotética hierarquia nos níveis de qualificação do trabalho, considerava-se a possibilidade de verificação de alguma conformidade entre a qualificação do trabalho e o estado de evolução económica dos concelhos, a associação da progressidade económica com a diversificação. No concreto das situações representadas, justamente, não pôde colher-se confirmação para as hipóteses que se formulara e, mesmo no que respeita à situação detectada de diversificação do emprego, o mais acertado talvez seja aceitar um desenvolvimento inverso.

2.3. A estrutura empresarial

Se a articulação entre a prática agrícola a tempo parcial e a actividade industrial, isto é, a pluriactividade, deve ser apresentada como um mecanismo essencial subjacente às características de preço e "docilidade" da força-de-trabalho minhota - tem-se neste caso sobretudo presente o Baixo Minho -, a verdade manda que se impute à forma como se estrutura o tecido industrial uma quota parte não menos substancial das vantagens relativas de preço afirmadas pelas produções dos têxteis, das confecções ou do calçado da região. Aliás, não será sem significado o recrutamento frequente do pequeno patronato entre ex-operários fabris ou que se sublinhe a continuidade social como um dado marcante da sociedade em presença.

Procurando precisar as características dessa malha empresarial fala-se comumente de heterogeneidade e

flexibilidade, de informalidade e segmentação do mercado de trabalho. Ver-se-á que se quer com isso salientar, a uma só vez, i) a diversidade de circunstâncias (em termos de dimensão, características tecnológicas, inserção institucional <legal>) dos estabelecimentos integrantes e a facilidade de enfrentamento das flutuações do mercado por parte das empresas, ii) a vigência multiplicada de situações de sub-remuneração (e de não cumprimento de obrigações sociais) e a afirmação de uma apertada rede de interdependências - que se quer notar -, enfim, iii) a compatibilização de um forte empenhamento no mercado internacional (por parte de algumas unidades) com a presença alargada da empresa familiar ou com um tecido industrial marcado por elevados índices de natalidade e mortalidade empresarial. Far-me-ei valer nesse ensejo da informação tornada disponível para Guimarães a partir dos estudos preparatórios do Plano Director Municipal e de alguns resultados globais contidos nos recenseamentos Industriais de 1972 e 1984.

Do primeiro dos documentos aproveitemos, desde logo, o retrato que o quadro nº 3 configura da estrutura empresarial dos sectores têxtil e das confecções apresentado, em 1985/6, por Guimarães - o mais representativo concelho industrial do Minho.

Quadro nº 3 - Estabelecimentos e pessoal ao serviço na indústria têxtil e das confecções no concelho de Guimarães, em 1985/6

classes de dimensão (pessoal ao serviço)	Confecções				Têxtil			
	Estab.		Pessoal		Estab.		Pessoal	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1 - 10	110	51,7	421	9,4	117	44,5	667	2,6
11 - 20	39	18,3	602	13,5	29	11,2	467	1,8
21 - 50	48	28,5	1662	37,3	38	14,4	1306	5,1
51 - 100	12	5,6	847	19,0	22	8,4	1591	6,2
101 - 200	1	0,5	100	2,2	25	9,5	3869	15,2
201 - 500	3	1,4	830	18,6	17	6,5	3915	15,4
+ 500	---	---	---	---	15	5,7	13678	53,7
TOTAL	213	100	4462	100	263	100	25493	100

FONTE: Alvaro Domingues e Teresa Marques, 1987, p. 131

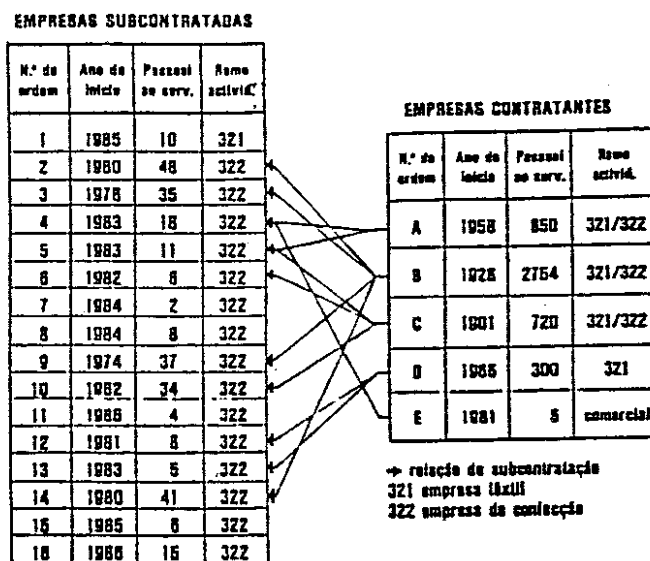
A partir dessa informação ressalta bem óbvia a dispensa de exaltação da heterogeneidade ou da natureza hierárquica da representação em presença. Em sectores tão apostados no mercado externo como são estes, não custará mesmo subentender a prática generalizada da subcontratação e/ou a manifestação de iniciativas "sui-generis" de congregação de esforços dos pequenos operadores industriais tendo em vista a colocação internacional das suas produções.

Na subcontratação, mobilizando a pequena e média empresa e o trabalho em casa, firma-se a heterogeneidade e, também, a coesão da estrutura empresarial representada; da subcontratação recolhem as grandes empresas a capacidade de externalização de parcela significativa dos seus custos fixos e a faculdade de optimização do seu dimensionamento face à sazonalidade da procura. Das iniciativas das sociedades da importação-exportação (tradings) locais resulta a capacidade de muitas pequenas empresas, sobretudo de confecções, assegurarem o escoamento necessário dos seus produtos e, em parte, também a continuidade da sua existência.

Prolongando a referência a estas sociedades de exportação, valerá a pena dizer-se que a peculiaridade que se lhes reconhece advém do enquadramento formal - para efeitos legais apresentam-se muitas vezes como firmas industriais - e, sobretudo, da identificação que mantêm com formas do passado: estamos de novo, de algum modo, perante o comerciante do fim do século XIX (1881), mencionado por Hermínio Sousa, que "distribui a encomenda por diversos fabricantes que, por este processo, a conseguem satisfazer no tempo prometido" (in Domingues e Marques, 1987, p. 129). Acrescentar-se-á à citação, naturalmente - aliás, a analogia permanece -, que a marca será a do "comerciante" "...e os artistas sujeitam-se a estas contingências para não morrerem de fome" (in Domingues e Marques, 1987, p. 129/130).

Entretanto, se a informação sobre o emprego e as estruturas empresariais dos têxteis e confecções deixa pressentir a subcontratação, o quadro nº 4, referente à freguesia de S. Jorge de Selho, do mesmo concelho de Guimarães, torna explícita a sua prática generalizada.

Quadro nº 4 - Articulação do sistema produtivo das indústrias dos têxteis e das confecções em S. Jorge de Selho, em 1986.



FONTE: Alvaro Domingues e Teresa Marques, 1987, p. 132

Em verdade, o quadro nº 4 diz-nos bem mais do que isso: desde logo, documenta a presença de organizações de diferente âmbito entre as empresas contratantes (e lá temos a sociedade apostada no comércio de exportação de que antes dei conta); depois, pelas datas de arranque e pelo pessoal empregue, reporta uma articulação entre organizações que se subentende hierarquizada, dependente. Isto, naturalmente, o quadro não tem condições de tornar explícito, mas se consideramos, complementarmente, os resultados de um inquérito paralelo realizado na escola secundária da referida freguesia às famílias dos alunos nocturnos chegar-se-á lá e, inclusive, mais além.

Concretamente, do inquérito apurar-se-ia que 3/4 da população activa, não desempregada, tinham ocupação no sector dos têxteis e das confecções; destes 3/4, quase metade tinham na ocasião menos de 21 anos e cerca de 20% eram sub-remunerados e/ou não se encontravam inseridos na Segurança Social; cerca de 40% dos activos, não desempregados, da indústria têxtil/confecção e menores de 21 anos eram sub-remunerados e/ou não estavam inscritos na Segurança Social (in Domingues e Marques 1987, p. 134).

Subjacente a estes fenómenos há, é claro, um complexo de razões, e não vou agora tornar a insistir sobre os condicionalismos históricos e sociológicos da sociedade em referência. Não pretendendo aprofundar o funcionamento da formação social minhota globalmente, exigir-se-á, no entanto, que do seu modo de operar se retenham a propósito dois aspectos, intimamente associados, que nos trazem de volta às tecnologias e à flexibilidade económica denunciada pelo modelo; mais propriamente, pretendo referir-me à multiplicação do recurso à subcontratação como forma de redução dos encargos de estrutura e ao lugar que no contexto do modelo cumpre à articulação entre a grande empresa e a empresa familiar.

Sobre o primeiro dos aspectos em questão, a subcontratação, perceber-se-á que ele remete, por um lado, para a presença de uma tradição no sector e, por outro, para as próprias características de divisibilidade e acessibilidade tecnológica dos equipamentos. De facto, estamos perante um exemplo em que, para certos segmentos do processo produtivo, a grande estrutura não adquire vantagens de produtividade sobre o trabalho por pequenas séries ou, mesmo, o trabalho à tarefa no domicílio.

Insistindo, por sua vez, sobre a forma como a grande empresa e o sistema aproveitam - acrescidamente, dir-se-á - com a operação da pequena organização, somos conduzidos a observar a relação "quasi-familiar" que se mantém entre empregado e empregador (Domingues e Marques, 1987, p. 135), o envolvimento directo do empresário na produção e a informalidade da relação contratual como outros tantos elementos que, estando presentes, conferem uma dinâmica de produtividade, de preço e de flexibilidade às organizações familiares que dificilmente se concebe nas grandes organizações.

Dos resultados dos inquéritos específicos levados a cabo em Guimarães, dos próprios quadros que apresento mais haveria que se dissesse. Prefiro, no entanto, situar de seguida algumas das características da estrutura empresarial do Minho na sua generalidade. Como é obvio, espero também desta aproximação alguma confirmação da representatividade

regional que se pressupôs poder ser configurada pelos resultados parcelares antes comentados.

Para o efeito, como foi já mencionado, fiz incidir a minha atenção sobre os elementos disponíveis nos recenseamentos industriais de 1972 e 1984.

O primeiro quadro que se propõe (quadro nº 5) põe exactamente em paralelo as situações de 1984 e de 1971 (última semana do ano).

Quadro nº 5 - Estabelecimentos industriais segundo classes de dimensão no Minho, em 1984 e 1971

Classes de dimensão (pessoal ao serviço)	1984			1971	
	Nº	%	%	Nº	%
1 - 4	5239	65,0	/	/	/
5 - 19	1727	21,4	61,1	1065	58,0
20 - 49	634	7,9	22,5	435	23,7
50 - 99	254	3,1	9,0	179	9,8
100 - 499	181	2,3	6,4	130	7,1
+ 500	27	0,3	1,0	26	1,4
	8066	100	100	1835	100

Fonte: Recenseamentos Industriais de 1972 e 1984

Da sua observação não deixarão de sobressair: i) a importância da representação dos muito pequenos estabelecimentos; ii) o salto significativo no número de estabelecimentos de cinco e mais pessoas ao serviço (a falta de informação sobre a classe 1-4, para 1971, não permite estender a comparação à totalidade dos estabelecimentos) registado pela região entre os dois períodos em referência - nada menos do que um acréscimo de 54,1% (992 estabelecimentos) em 12 anos, e, ainda, iii) a nítida evolução no sentido do reforço de posição dos pequenos estabelecimentos num tecido económico que permanece dominado pelos têxteis e confecções.

Sobre a característica referida de vivacidade da iniciativa empresarial minhota, diga-se, aliás, que essa mesma característica já nos era sugerida pela informação contida no recenseamento industrial de 1972. Na verdade, conforme se observa no quadro nº 6, da confrontação dos estabelecimentos

em actividade em 1971 e 1965 ou, melhor, dos estabelecimentos em actividade em 1971 cujo início de actividade remonta a anos anteriores a 1965, se conclua pela afirmação de uma dinâmica -de nascimentos e desaparecimentos bem mais viva no Minho do que, em geral, no Continente.

Quadro nº 6 - Estabelecimentos industriais de 5 e mais pessoas ao serviço, em 1971

classes de dimensão (pessoal ao serviço)	(1) Em actividade em 1971				(2) Com início de actividade antes de 1965			
	Minho		Continente		Minho		Continente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	(2)/(1) %	Nº	(2)/(1) %
5 - 19	1065	58,0	10734	60,3	547	51,4	6408	59,7
20 - 49	435	23,7	3938	22,1	238	54,7	2511	63,8
50 - 99	179	9,8	1523	8,6	98	54,7	1022	67,1
100 - 499	130	7,1	1361	7,7	92	70,8	1015	74,6
+ 500	26	1,4	233	1,3	21	89,8	192	82,4
TOTAL	1835	100	17789	100	996	54,3	11148	62,7

FONTE: Recenseamento Industrial de 1972

Do mesmo paralelo de estruturas se deduzirá, por outro lado, a singularidade da especialização produtiva da região em causa, isto é, a sua natureza trabalho-intensiva: vemos achegas nesse sentido nas sobredotações, comparativamente ao Continente, das classes de estabelecimentos com 20 a 49 e com 50 a 99 pessoas ao serviço.

Da informação colhida sobre as diferenças na capacidade de sobrevivência das empresas pode pretender deduzir-se alguma precaridade das iniciativas empresariais e da conformação das estruturas que as integram. Não contradirei tal afirmação. Por contrapartida, senão se regista perda de posição relativa - e é bem esse o caso do Minho - ter-se-á, entretanto, que recolher também a expressão de dinamismo, de mobilidade social, que essa circunstância traduz. Fica daí aberta a perspectiva de um futuro mais auspicioso.

Conclusão

Do exposto nas páginas precedentes julgo não restarem dúvidas sobre a prevalência da continuidade sobre a ruptura no processo de evolução da sociedade minhota. Na realidade, como terá ficado demonstrado, não se saberá compreender a vitalidade de importantes áreas da economia minhota sem que nos refiramos ao processo local de articulação da pequena agricultura com o capitalismo industrial; não se se saberá admitir a afirmação actual de um processo de industrialização rural difusa tão típico sem que nos reportemos às circunstâncias da sua afirmação remota.

Retendo para estudo de caso o Minho, por outro lado, tem-se oportunidade para falar da presença de uma raiz endógena de desenvolvimento. Não se saberia, de facto, como remeter unicamente à vigência de condições externas favoráveis a capacidade continuada da região para incrementar o seu produtor e emprego.

Nas virtualidades da iniciativa empresarial e na criatividade da teia de articulações horizontais e verticais sobre que se estrutura a base produtiva repousa, aliás, a expectativa sobre a capacidade da região de enfrentar os desafios que se lhe colocam na actualidade.

Referências

Araújo, Manuel (1928), *Indústrias de Braga (notas de um jornalista)* Tipografia "PAX", Braga.

Cabral, Manuel Villaverde (1981), *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Edição 'A regra do jogo', Lisboa.

Courlet, Claude e Judet, Pierre (1986), "Industrialisation et développement: la crise des paradigmes", *Revue Tiers-Monde*, nº 107, p. 519-536.

Domingos, Álvaro (1986), "Economia e Organização do Espaço Rural", *Cadernos do Noroeste*, nº 0, Universidade do Minho, p. 39-65.

Domingos, Álvaro e Marques, Teresa (1987), "Produção industrial, reprodução social e território - materiais para uma tentativa de abordagem do médio-Ave", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, p. 125-142.

Oliveira, A. Lopes de (1986), *Fafe e o seu Concelho*, Edições da Câmara Municipal de Fafe, Fafe.

Pereira, Esteves (1979), *A indústria portuguesa*, Guimarães e C^a Editores, Lisboa.

Ribeiro, J. Cadima (1988), *Estratégias de desenvolvimento em regiões de forte incidência agrícola: o Caso do Minho* (dissertação de doutoramento), Universidade do Minho, Braga.